

QUAIS MUDANÇAS EM CURSO NO CAMPO FLUMINENSE?¹

WHAT IS CHANGING IN RIO DE JANEIRO COUNTRYSIDE?

Glaucio José Marafon¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência para: Glaucio José Marafon (glaucomarafon@hotmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2017.32068

Recebido em: 1 nov. 2017 | Aceito em: 12 dez. 2017



RESUMO

A análise das atuais transformações no campo torna-se fundamental, pois, o campo, além de desempenhar as funções tradicionais de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade abriga, cada vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais. Esse processo ocorre intensamente no estado do Rio de Janeiro, pois apresenta uma configuração territorial marcada pelo intenso processo de urbanização (o Rio de Janeiro é a unidade da federação que apresenta maior índice de população urbana entre os estados brasileiros). Entre as mudanças encontradas observamos as novas funções e atividades desempenhadas pelos produtores rurais, que além da produção agropecuária, exercem outras atividades não-agrícolas, como prestação de serviços e atividades industriais na busca da complementação da renda familiar. Destarte, o objetivo central desse trabalho é o de identificar algumas das mudanças em curso no espaço rural fluminense.

Palavras-chave: Espaço rural; espaço rural fluminense; pluriatividade, urbanização, turismo.

What is changing in Rio de Janeiro countryside?

ABSTRACT

The countryside plays traditional roles of providing workforce and raw materials to the city as well as consuming products made in urban areas. Now it houses many non-farming activities as well, including industrial manufacturing and service providing related to tourism activities that value areas with natural aspects. That is why it is fundamental to analyze these changes in the countryside, especially in Rio de Janeiro state, where they occur intensely and a strong urbanization process marks its territorial configuration: it is the state with the highest urban population index. Changes include new roles and activities for farmers. Now, besides farming output, they deal with activities such as providing service and working in industries to increase household income. Therefore, this study's main aim was to identify current changes in Rio do Janeiro state's countryside.

Keywords: *countryside; Rio do Janeiro countryside; pluriactivity; urbanization; tourism.*

INTRODUÇÃO

A análise das atuais transformações no campo brasileiro torna-se fundamental, pois, além de desempenhar as funções tradicionais, como referência de permanência de atividades, de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade, o campo abriga, cada

¹ Texto apresentado no IV Seminário Rio de Janeiro, na mesa “Mutações em curso no território fluminense”, no dia 23 de agosto de 2017. UERJ. esse texto reflete algumas das reflexões efetuadas nos últimos anos sobre o território fluminense.

vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais e que remetem as mudanças em curso. Há que se destacar o contínuo processo de migração rural - urbano, pois as pessoas buscam sua inserção no mercado de trabalho e uma melhor qualidade de vida. O campo além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que muitas vezes desempenham atividades que não propriamente a agrícola. Tal fato decorre do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo, pois além das atividades agrícolas passa a sediar inúmeras outras atividades não agrícolas. Entende-se, aqui, que a complexidade do espaço rural é decorrente das profundas transformações ocorridas recentemente, responsáveis pela subordinação desse espaço aos interesses da cidade.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer. O desenvolvimento de atividades turísticas está associado ao processo de urbanização e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Para esse autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas, destacam-se um conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc.); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague etc.). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Para Rua (2007), o espaço rural, há algum tempo, vem sendo percebido como terra mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Surgem novas territorialidades resultantes da interação campo-cidade.

Essa hibridez está presente nas diversas atividades que encontramos no campo e está associada às atividades rurais. Ainda segundo o autor, existem duas vertentes da teoria social crítica que analisam as relações entre o campo e a cidade. Uma procura trabalhar com a noção de urbanização do rural, com a incorporação do rural ao urbano, associada à ideia de um “continuum”, ou seja, haveria graus distintos de urbanização do território. Outra, que postula a urbanização no rural e entende a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com a crescente impactação advinda do urbano, da metropolização do espaço.

Nesse sentido, concordamos com Ferrão (2000) ao sinalizar que deveremos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando assim a noção de hibridez do espaço rural. A dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a conseqüente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Esses processos ocorrem no estado do Rio de Janeiro, porém não com a mesma intensidade. Em função do seu alto grau de urbanização, dificuldades de mecanização de seus solos e expansão imobiliária em decorrência, sobretudo, das atividades turísticas, temos muito mais mudanças que permanências no campo fluminense. As permanências seguem o padrão brasileiro de concentração fundiária, precariedade nas relações de trabalho, conflitos pelo acesso a terra e mudanças associadas a valorização do espaço rural através da presença crescente de pessoas oriundas da cidade em busca de áreas de lazer ou de segunda residência, com a valorização das terras e o surgimento de atividades não agrícolas (em geral de baixa qualificação) e que passam a ser ocupadas pelos integrantes das famílias de produtores rurais.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHENEIDER, 1999, p.174).

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção encontramos as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo cada vez mais no território brasileiro. A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola e a busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, tem levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente tem sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas. Destarte, o objetivo central desse trabalho é o de identificar algumas das mudanças em curso no campo fluminense, sobretudo associadas ao turismo rural. Essa identificação ocorre sobretudo na perspectiva qualitativa através da realização de inúmeros trabalhos de campo nos municípios fluminense nos últimos anos.

O turismo rural como possibilidade de complementação de renda para as unidades familiares de produção.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997), e para esse autor "novas" formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc.); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda hotéis, pesque-pague etc.). Essas "novas" atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Na literatura encontramos os anos 1980 como sendo o marco inicial da exploração do turismo rural no Brasil. Nos anos 1990, com a intensificação das atividades no espaço rural e com a crescente valorização da natureza, tivemos a expansão dessas práticas no meio rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas. A EMBRATUR (1994) considera que o turismo rural inclui todas as atividades – alternativos, doméstico, agroturismo, turismo - organizado para e pelos habitantes do país e é “compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional” (MENDONÇA et al. 2002). O turismo rural designa atividades diversas como, hotéis-fazenda, fazenda hotéis, agroturismo, turismo de aventura, e que Rodrigues et al. (2001) classifica como tradicional (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneo (hotéis fazendas, spas rurais, segunda residência). Cavaco (2001) faz uma importante observação ao afirmar que o turismo em “espaço rural tem pouco significado em termos de turismo e seus efeitos econômicos” (p.28,29).

A constatação da referida autora é um item importante para reflexão uma vez que nos leva a indagar até que ponto os agricultores familiares se beneficiam dos resultados dessas atividades de turismo no espaço rural na atualidade? As suas atividades são somente uma possibilidade de uma “nova” ocupação, que permite sua inserção no mercado de trabalho, através de ocupações como diaristas, caseiros, jardineiros etc.? São atividades que complementam a renda familiar, mas efetuadas fora de sua propriedade em hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e nas áreas que proliferam as casas de segunda residência, e que caracteriza o turismo rural contemporâneo e de modo diferente do que ocorre com o turismo rural tradicional, no qual o turista vivencia as atividades desenvolvidas na propriedade rural.

No entanto, o turismo rural no Brasil não está livre de problemas como apontam Mendonça et al. (2002) e entre eles está a falta de planejamento e gestão, baixa capacidade econômica da população, dificuldade de acesso a informações. É necessário uma melhor capacitação profissional e políticas de

estímulo a essa prática no território brasileiro. Acrescentaríamos ainda a necessidade de inclusão de forma mais efetiva dos agricultores familiares, além da capacitação efetuada pelos técnicos da EMATER, como do estado do Rio de Janeiro, na orientação de desenvolvimento de artesanato e doces caseiros.

Destarte, no nosso entendimento, o turismo rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e inseridos no processo de produção do espaço, no qual, de acordo com Lefebvre (1999), estaríamos sob o signo de uma sociedade urbana, e que essa urbanização estruturaria o território, e que Santos (1993) aponta como passagem da urbanização da sociedade para a urbanização do território. A prática do turismo rural contemporâneo reflete essa prática, uma vez que os hotéis fazenda, spas rurais e casas de segunda residência se localizam, preferencialmente, próximas às grandes concentrações urbanas.

Assim entendemos, que a pluriatividade é um fenômeno que tem se aprofundado em função da diminuição da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural, tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como necessidades que se colocam para complementação da renda familiar. E esse fenômeno pode estar associado em áreas de colonização e de industrialização como muito bem analisado por Schneider (1999), ou antigas áreas de exploração de café e cana de açúcar como no estado do Rio de Janeiro, ou ainda em áreas próximas as metrópoles onde proliferam hotéis e pousadas e casas de segunda residência, como na Região Serrana Fluminense, e estudado por Teixeira (1998).

Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo: o que muda no território fluminense

O estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produz cerca de 71,0% do petróleo nacional sendo também o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado

é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, mas também bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas em seu território. Corresponde ao estado mais urbanizado do país, e de acordo com Rua (2002), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa. Limonad (1996) e Santos (2003) mencionam que no espaço fluminense há uma redistribuição populacional em consonância com as atividades produtivas.

O estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (Moreira, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), aproximadamente 75% da população de 15.989.929, residem nos limites da área metropolitana. Constituída por vinte e um municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (Ribeiro, 2002), de população e de bens e serviços.

Apesar da ainda enorme concentração da população fluminense em sua região metropolitana, surgem nos anos 1990 algumas alterações em relação à dinâmica demográfica do estado do Rio de Janeiro. A mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (Santos, 2003). Apesar da expansão demográfica nas bordas metropolitanas manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não implicou numa desconcentração da população em direção ao interior. Os dados do censo de 2010, apontam o crescimento populacional, em direção as regiões ao norte da RMRJ, onde “a Região das Baixadas Litorâneas aumentou seu percentual de participação (de 3,2% para 4,3%), seguida da Região Norte Fluminense (de 4,9% para 5,4%). Ocorre também uma pequena diminuição na participação tanto do núcleo metropolitano como de sua periferia, no entanto, a preponderância da população da metrópole ainda é muito grande”. Observatório da Metrôpoles, 2011). Esse crescimento está atrelado sobretudo as atividades de turismo e lazer na Região das Baixadas Litorâneas e da exploração do Petróleo na Região Norte Fluminense, o que tem provocado mudanças no espaço rural,

como o decréscimo da produção agrícola na Região das Baixadas devido ao aumento do preço da terra, que passa a ser destinada a atividades do turismo, como a construção de hotéis e condomínios. As mudanças na região Norte Fluminense estão associadas a proliferação de sítios e de condomínios para residência. Essas atividades acabam impactando a produção agrícola e proporcionando o surgimento de atividades não agrícolas.

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no estado do Rio de Janeiro “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e esse processo marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador”. Na verdade, assiste-se a um espraiamento da metrópole, e no dizer de LENCIONE, 2015, p. 8 “nessa metamorfose os padrões de comportamento, signos e hábitos metropolitanos veiculados pelas redes de comunicações chegam a todos os lugares. A antiga distinção entre campo e cidade, tão clara no passado, torna-se mais embaciada e, onde faz-se ainda nítida, ganha opacidade quando se examina o comportamento social pautado por um modo de ser que emana da metrópole e invade o campo”.

Esse processo é intenso no interior fluminense, que vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como, orgânicos, ervas-fina, leite de cabra, trutas etc.), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, spas e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural é uma alternativa ao turismo intenso que ocorre na costa Verde e do Sol, voltado para o segmento do turismo de praia (RIBEIRO, 2003).

De acordo com Ribeiro (2002, p.21) apesar do Estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização, o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes, de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais,

exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, ocupando municípios integrantes das regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense.

A grande maioria dos estabelecimentos agrícolas do estado do Rio de Janeiro possuem área até 100 há (cerca de 80%) o que imprime uma significativa importância a produção familiar e as estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente a queda na renda agrícola e intenso processo de urbanização.

Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e a falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrar as atividades econômicas de exportação de exportação do açúcar, e do café (respectivamente 1900-30 e 1970-80), em seu território, a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nelas desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, no qual predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso daqueles fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, os quais embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da

produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é surge como uma alternativa de fonte de renda para os agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc.), nas casas de veraneio, nos hotéis e para as Prefeituras da região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no rural, como a prática do turismo e a oferta de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao processo de urbanização, e cuja influência metropolitana é intensa, conforme já assinalado em outros trabalhos, pode-se considerar que a projeção da metrópole, em direção ao interior, ocorre através de eixos. O eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, no qual se destacam as atividades de turismo e que tem provocado intensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra em seu território grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande) e cidades históricas como Paraty e Angra dos Reis. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e resorts e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras. A eles resta se inserir no mercado de trabalho urbano ou a prática de uma agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, e assessorados por técnicos governamentais da EMATER e IBAMA, e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis/resorts e condomínios.

O outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Armação dos Búzios e Macaé, percorrendo a Região das Baixadas Litorâneas e conhecida turisticamente como Costa do Sol. Observa-se neste segmento um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do estado do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2003), provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que conduziu ao fracionamento da terra e expulsão das atividades agropecuárias, para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa na constatação de Rua (2002 p.48) “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”.

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” (RUA, 2002) e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima) além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc. e acabam tendo uma baixa remuneração pelas suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas sediadas nos municípios da região. Essa área também produz produtos como, orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito, principalmente à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta como marca na paisagem a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da Região a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda, nas indústrias da região, que concentra um grande número de empresas do setor metal-mecânico, tendo por exemplo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) localizada no município de Volta Redonda.

As regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Região Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus royalties, que tem proporcionado

empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

Um das saídas para os produtores familiares poderia ser a atribuição de indicação geográfica, através das indicações de procedência e denominação de origem, pois as indicações geográficas “contribuem para a preservação da biodiversidade, do conhecimento e dos recursos naturais. Trazem contribuições extremamente positivas para as economias locais e para o dinamismo regional, pois proporcionam o real significado de criação de valor local” (GIESBRECHT, et al, 2014, p. 19). No estado do Rio de Janeiro esse é um processo inicial, com a Indicação geográfica para as aguardentes de Paraty, cuja produção “obedece a uma normativa técnica rígida, com produção artesanal, familiar, limites máximos de produção estabelecidos e uma tradição secular” (GIESBRECHT, et al, 2014, p. 15). Assim como essa tradição de produção de cana de açúcar e cachaça, muitos outros produtos de origem familiar poderiam obter a indicação geográfica.

Outra possibilidade de valorização desses produtores seria o incremento da inserção dos mesmos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Lei Federal 11.947/2009), o que possibilitaria a venda de seus produtos nas escolas. Esse ainda é um desafio para os produtores fluminenses para que possam inserir seus produtos em mercados locais.

Verifica-se assim algumas mudanças em curso no rural fluminense e que são fortemente marcadas pelo intenso processo de urbanização presente no estado do Rio de Janeiro. Para além das atividades associadas ao turismo, despontam outras possibilidades como a indicação geográfica e a venda em mercados locais com Programa Nacional de Alimentação Escolar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização (Ribeiro, 2002; Rua, 2002; Santos, 2003), e que tem provocado profundas transformações socioespaciais. Entre elas

destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis fazenda, spas, pousadas, e casas de segunda residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar, conforme constatou Seabra (2004), em que o estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir da CEASA-RJ, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na Região Serrana Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próximo a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

Neste contexto, o espaço rural fluminense se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista.

Isto posto, as evidências observadas no estado do Rio de Janeiro nos permitem a indicar a exploração dos produtores familiares, porém novas investigações e reflexões devem ser conduzidas, para uma melhor reflexão acerca da agricultura familiar, das estratégias desenvolvidas pelos produtores rurais face ao intenso processo de urbanização e sua relação com a metrópole e as novas possibilidades com a indicação geográfica e venda em mercados locais.

REFERÊNCIAS

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros. IN: RODRIGUES, Adyr B (org) Turismo Rural São Paulo: Contexto, 2001.

EMBRATUR. Turismo Rural. Manual operacional. Brasília, 1994.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. EURE (Santiago) v. 26 n. 78 Santiago set. 2000.

GIESBRECHT, H. O et al. Indicações geográficas brasileiras. Brasília: SEBRAE, INPI, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Nova Economia BH v. 7 n. 1 p.43-81, 1997.

- Graziano da Silva & Del Grossi. A pluriatividade da agricultura brasileira. www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana Belo Horizonte: Humanitas, 1999.
- LIMONAD, Ester. Os lugares da urbanização – ocaso do interior fluminense São Paulo:USP, 1996. (tese de doutorado).
- LENCIONE, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megaregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. e-metropolis n° 22 ▪ ano 6 setembro de 2015 pg. 6-15.
- MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. A. (org.) Revisitando o território fluminense. RJ:NEGEF, 2003.
- MARAFON et al. Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.
- MARAFON, G. J. & SEABRA, R. Contrastes na agricultura fluminense: o tradicional e o moderno no processo de comercialização agrícola. Geo UERJ Rio de Janeiro, n. 28, p. 242-268, 2016.
- MENDONÇA, Maria C et al. Turismo no espaço rural: debate e tendência. <http://dae2.ufla.Br/revista2002.htm>
- MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J. Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura. Piracicaba: Esalq, 1979. 86 p.
- MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy et al. Anais do Seminário Niterói: EDUFF, 2001. p. 127-132.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Censo 2010: o estado e a metrópole do Rio de Janeiro. http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1661&catid=45&Itemid=88&lang=pt# acesso em 21.09.2017.
- REIS, José. Observar a mudança: o papel dos estudos Rurais. Conferência pronunciada no 1º Congresso de Estudos Rurais. Vila Real-Portugal, 2001.
- RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13-26.
- RIBEIRO, Miguel A. Tipologia das atividades turísticas: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. IN: Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia. UERJ, RJ, n. 13, p.27-38, 2003.
- RODRIGUES, Adyr. (org) Turismo Rural. SP: Contexto, 2001.
- RIEDL, Mario et al (Org.) Turismo Rural: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul:UNISC, 2002.
- RUA, João. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p.43-70.
- SANTOS, A M. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. RJ:FGV, 2003.
- SANTOS, M. A urbanização Brasileira SP: Hucitec, 1993.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 359 p.

SEABRA, Rogério. Comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro. O papel do Sistema CEASA-RJ. UERJ, Departamento de geografia, 2004. Monografia de Graduação.

SILVA, Arlete e ALMEIDA, Maria. Turismo rural na região metropolitana de Goiânia: as especificidades do turismo rural. Congresso Brasileiro de Geografia. Goiânia, 2004.

TEIXEIRA, Vanessa. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado) UFRRJ, 1998.